

Processo: 025007/14

Interessado: AGETOP

Objeto: **REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS ASFÁLTICOS, COM IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS EM RUAS E AVENIDAS DA CIDADE DE PALMEIRAS DE GOIÁS, NESTE ESTADO.**

À ADV

DESPACHO Nº 948/2014-PR-NELIC - Em atenção ao art. 38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, estamos enviando a minuta do Edital de **Concorrência nº 263/14-PR-NELIC**, para análise preliminar.

Do tratamento diferenciado à micro e pequena empresa

Sobre a inclusão de tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas (Decreto Estadual nº 7.466/2011), esta Comissão entende que a natureza deste objeto exige de seus executores conhecimento amplo dos mesmos, potencializados por suas experiências. Comumente, ressaltado que há exceções, ME e EPP são empresas recém constituídas e de recursos próprios ainda limitados, não dispendo ou dispendo insuficientemente de acervos tecnológicos, que às vezes, de valores superiores ao seu capital social. Por esse motivo, pode-se acontecer a não execução de forma satisfatória de suas atribuições, comprometendo o objeto como um todo, sendo este, composto por serviços interdependentes.

É primando pela correta execução dos serviços que decidimos, para esse objeto, sermos contrários à reserva de cotas às Micros e Pequenas Empresas.

Que fique claro, todas as demais vantagens concedidas às MEs e EPPs pela Lei nº 123/06 e o Decreto nº 7.466/2011, foram mantidas para essa licitação.

Vedação à subcontratação e participação em consórcio

A inadmissão à subcontratação, parte do entendimento que certas obras e serviços de engenharia possuem natureza que não permitem suas divisibilidades em parcelas sem que haja riscos de comprometimento do todo. É entendendo que esse objeto está sujeito a essa possibilidade e da necessidade que os serviços possam ser executados de forma harmônica, que parte o posicionamento contrário à subcontratação.

Quanto a vedação ao consórcio, sua admissão ou veto em certame licitatório é confiada pela lei ao talante do administrador, pois o art. 33 da Lei nº 8.666/93, utilizando-se da expressão “quando permitida”, conferiu discricionariedade ao ente administrativo para permitir ou não tal condição no instrumento convocatório. Essa decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando ao atendimento ao interesse público.

Corroborando esta tese, o Prof. MARÇAL JUSTEN FILHO, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13 ed. 2009, pag. 47 e 477, leciona que:

“Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta riscos da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados, em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição.

Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não dispuseram de condições para participar de licitações. Nesse caso, o instituto do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de participantes.

É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses em que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação.”

Ainda, leciona o citado mestre, quanto à questão da discricionariedade:

“O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio, Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública.”

A respeito da participação de consórcios, a jurisprudência do TCU tem assentado que fica a cargo da discricionariedade do gestor a decisão de admitir ou não a participação de empresas organizadas em consórcio na licitação. Senão vejamos:

“Ademais, a participação de consórcios em torneio licitatório não garante aumento de competitividade, consoante arestos do Relatório e Voto que impulsionaram o Acórdão n. 2.813/2004 – 1ª Câmara (...) O art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque, a nosso ver, a formação de consórcio tanto se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores ou, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si). Com os exemplos fornecidos pelo BACEN, vemos que é prática comum a não aceitação de consórcios.”

(Acórdão nº 1,946/2006 – Plenário – TCU – rel. Min. Marcos Bemquerer)

“4. A aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito o poder discricionário da administração contratante, conforme o art. 33, caput, da Lei nº 8.666/93, requerendo-se, porém, que a sua opção seja sempre justificada.”

(Acórdão nº 566/2006 - Plenário – TCU – rel. Min. Marcus Vinícius Vilaça)

Assim, considerando que no universo de empresas goianas e nacionais existem diversas empresas com capacidade para executar os serviços objeto deste Edital, a Administração da AGETOP decidiu por não permitir a participação de consórcio. Fato esse que, por si só, não configura restrição à competitividade.

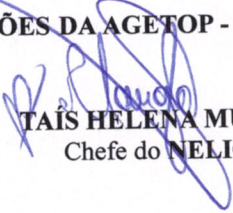
Seguro de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil Profissional

Em relação ao **Seguro de Riscos de Engenharia e Responsabilidade Civil Profissional** – essa exigência deve-se à necessidade da garantir à Administração o ressarcimento de perdas quando da má execução ou inexecução dos serviços contratados, inclusive de danos decorrentes de eventos da natureza, viabilizando que este ressarcimento seja feito através da seguradora, principalmente nos casos de dissolução e

falência dos contratados. Os valores que serão segurados estão contemplados no BDI, conforme se verifica no Anexo IV – Orçamento Sintético - em *riscos (0,56%) e seguros e garantias (0,40%)*.

Na expectativa de que retorne os autos aprovados por essa advocacia, firmamo-nos com consideração.

NÚCLEO EXECUTIVO DE LICITAÇÕES DA AGETOP - PR-NELIC, em Goiânia, aos 27 dias do mês de maio do ano de 2014.


TAIS HELENA MUSSE
Chefe do NELIC